



Município

FI \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL**

### **CADERNO DE ENCARGOS**

#### **CONSULTA PRÉVIA SIMPLIFICADA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PRESTAÇÕES ASSOCIADAS NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL**

**CONSULTA PRÉVIA SIMPLIFICADA**  
**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PRESTAÇÕES ASSOCIADAS NO**  
**ÂMBITO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL**

**PARTE I**

**CAPÍTULO I**

**Disposições gerais**

Cláusula 1.<sup>a</sup> - Objeto)

Cláusula 2.<sup>a</sup> - (Preço base)

Cláusula 3.<sup>a</sup> - (Contrato)

Cláusula 4.<sup>a</sup> - (Prazo)

**CAPÍTULO II**

**Obrigações contratuais**

**Secção I**

**Obrigações do prestador de serviços**

**Subsecção I**

**Disposições gerais**

Cláusula 5.<sup>a</sup> - (Obrigações principais do prestador de serviços)

Cláusula 6.<sup>a</sup> - (Prestação de serviços)

Cláusula 7.<sup>a</sup> - (Conformidade e operacionalidade dos serviços)

Cláusula 8.<sup>a</sup> - (Local da prestação dos serviços do contrato)

Cláusula 9.<sup>a</sup> - (Forma de prestação dos serviços do contrato)

Cláusula 10.<sup>a</sup> - (Prazo de prestação de serviços)

Cláusula 11.<sup>a</sup> - (Receção e aprovação de cada etapa ou fase)

Cláusula 12.<sup>a</sup> - (Garantia técnica)

Cláusula 13.<sup>a</sup> - (Garantia de continuidade da prestação de serviços)

**Subsecção II**

**Serviços**

Cláusula 14.<sup>a</sup> - (Assistência técnica)

**Subsecção III**

**Dever de sigilo**

Cláusula 15.<sup>a</sup> - (Objeto do dever de sigilo)

Cláusula 16.<sup>a</sup> - (Prazo do dever de sigilo)

**Secção II**

**Obrigações da Câmara Municipal de Carregal do Sal**

Cláusula 17.<sup>a</sup> - (Gestão do contrato)

Cláusula 18.<sup>a</sup> - (Preço contratual)

Cláusula 19.<sup>a</sup> - (Condições de pagamento)



### **CAPÍTULO III**

#### **Penalidades contratuais e resolução**

Cláusula 20.<sup>a</sup> - (Penalidades contratuais)

Cláusula 21.<sup>a</sup> - (Força maior)

Cláusula 22.<sup>a</sup> - (Resolução por parte do contraente público)

Cláusula 23.<sup>a</sup> - (Resolução por parte do prestador de serviços)

### **CAPÍTULO IV**

#### **Caução e Seguros**

Cláusula 24.<sup>a</sup> - (Execução da Caução)

Cláusula 25.<sup>a</sup> - (Seguros)

### **CAPÍTULO V**

#### **Resolução de litígios**

Cláusula 26.<sup>a</sup> - (Foro competente)

### **CAPÍTULO VI**

#### **Disposições finais**

Cláusula 27.<sup>a</sup> - (Subcontratação e cessão da posição contratual)

Cláusula 28.<sup>a</sup> - (Comunicações e notificações)

Cláusula 29.<sup>a</sup> - (Contagem dos prazos)

Cláusula 30.<sup>a</sup> - (Regime contraordenacional)

Cláusula 31.<sup>a</sup> - (Prevalência)

Cláusula 32.<sup>a</sup> - (Legislação aplicável)

### **PARTE II**

#### **Especificações técnicas**

Cláusula 33.<sup>a</sup> - (Mapa de quantidades)

Cláusula 34.<sup>a</sup> - (Legislação aplicável)

Cláusula 35.<sup>a</sup> - (Estudo prévio)

Cláusula 36.<sup>a</sup> - (Projeto de execução)

Cláusula 37.<sup>a</sup> - (Obras isentas de controlo prévio)

Cláusula 38.<sup>a</sup> - (Assistência técnica)

Cláusula 39.<sup>a</sup> - (Fiscalização de obra)

Cláusula 40.<sup>a</sup> - (Coordenação de segurança em obra)

**CONSULTA PRÉVIA SIMPLIFICADA**  
**CADERNO DE ENCARGOS**  
**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PRESTAÇÕES ASSOCIADAS NO**  
**ÂMBITO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL**

**PARTE I**  
**CAPÍTULO I**  
**Disposições gerais**  
**Cláusula 1.<sup>a</sup>**  
**(Objeto)**

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços/prestação de serviços no âmbito da Estratégia Local de Habitação do Município de Carregal do Sal (Elaboração de Projetos e Prestações Associadas), CPV 71000000-8.

2 – No âmbito desta prestação, o prestador de serviços fica obrigado a fazer o acompanhamento e monitorização do projeto.

3 – O procedimento adotado será de consulta prévia simplificada, com fundamento no artigo 2.º alínea b) da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**  
**(Preço base)**

1 – O preço base, o montante máximo que esta entidade adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é de €43.000,00 (quarenta e três mil euros), sem inclusão do IVA à taxa legal em vigor.

2 – O presente procedimento comporta dois lotes e os respetivos preços base são os seguintes:

**Lote 1** – Fiais da Telha (T3) – Casal Mendo (T1) – Fiais da Telha (T3) – Carregal do Sal (obras isentas de controlo prévio) (T2) - Carregal do Sal (T1) - €21.000,00.

**Lote 2** – Fiais da Telha (T1) – Fiais da Telha (T1) - Travanca de S. Tomé (T3) – Beijós (T1) – Beijós (T1) - €22.000,00.

3 – Sem embargo do expendido nos números anteriores, os valores estabelecidos poderão vir a ser objeto de retificação, sempre que verifique estar-se perante uma situação de trabalhos dispensados de controlo prévio urbanístico, como são os casos de obras de escassa relevância urbanística.

4 – De harmonia com o artigo 46.º-A, n.º 4, do Código dos Contratos Públicos e tendo em conta a urgência na elaboração dos respetivos projetos, de modo a garantir a apresentação das respetivas candidaturas, os concorrentes podem apresentar propostas para um ou para os dois lotes objeto do presente procedimento.

5 – O critério que preside à adjudicação dos lotes terá em conta o critério da proposta mais



FI \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar e, em caso de igualdade de valor, o critério da proximidade geográfica (menor distância das instalações do concorrente (sede, filiais ou sucursais) ao local da prestação de serviços).

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **(Contrato)**

- 1 – O Contrato será celebrado por escrito.
- 2 – O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 3 – O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 5 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

#### **(Prazo)**

O Contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços ao contraente público, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar durante e para além da cessação do contrato.

## **CAPÍTULO II**

### **Obrigações contratuais**

#### **Secção I**

#### **Obrigações do prestador de serviços**

#### **Subsecção I**

#### **Disposições gerais**

### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

#### **(Obrigações principais do prestador de serviços)**

- 1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o

prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de prestação dos serviços identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia dos serviços prestados;
- c) Obrigação de continuidade de prestação dos serviços, para os efeitos, nomeadamente, de assistência técnica.

2 – De harmonia com o número precedente e cláusula 6.<sup>a</sup> deste caderno de encargos, o prestador de serviços, na realização das fases do processo, fica obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3 – O prestador de serviços obriga-se a garantir que os projetos a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente, as constantes dos regimes jurídicos, bem como de toda a demais legislação aplicável, garantindo a conformidade com as exigências das entidades externas e o licenciamento dos projetos junto das entidades que o exijam.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **(Prestação de serviços)**

1 – Os serviços, objeto do contrato, compreendem a elaboração de projetos e ações associadas, discriminadas na parte II do presente Caderno de Encargos, nos seguintes termos:

- a) Fase 1 – Estudo Prévio, com inclusão do levantamento;
- b) Fase 2 – Projeto de Execução;
- c) Fase 3 – Assistência Técnica, Fiscalização da Obra e Coordenação de Segurança em Obra.

2 – No concernente a obras isentas de controlo prévio:

- a) Fase 1 – Levantamento e Proposta;
- b) Fase 2 – Proposta Final e Mapa de Quantidades;
- c) Fase 3 – Assistência Técnica, Fiscalização da Obra e Coordenação de Segurança em Obra.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **(Conformidade e operacionalidade dos serviços)**

O prestador de serviços obriga-se a prestar ao Município de Carregal do Sal os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no mapa de quantidades e cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### **(Local da prestação dos serviços do contrato)**

Os serviços objeto do Contrato devem ser prestados nas instalações do adjudicatário, sem prejuízo das deslocações e reuniões, tendo em conta, nomeadamente, o preceituado na



FI \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

cláusula seguinte, a levar a efeito nos serviços do Município e nos locais do desenvolvimento do projeto.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **(Forma de prestação dos serviços do contrato)**

1 – Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com periodicidade mensal, reuniões de coordenação com os representantes da entidade adjudicante, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2 – As reuniões previstas no número anterior terão como base uma ordem de trabalhos que será do conhecimento prévio dos intervenientes.

3 – O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar à entidade adjudicante, sempre que solicitado, toda a informação atinente à verificação e acompanhamento dos trabalhos e tarefas necessários ao cumprimento do contrato e qualquer documento que a entidade adjudicante considere pertinente no âmbito do normal acompanhamento dos trabalhos.

4 – Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **(Prazo de prestação de serviços)**

O prazo de execução previsto para a realização do trabalho respeitará o seguinte cronograma:

Fase 1 – Estudo Prévio 1 (um) mês;

Fase 2 – Projeto de Execução 3 (três) meses;

Fase 3 – Assistência Técnica, Fiscalização da Obra e Coordenação de Segurança em Obra – período de duração da execução da obra.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **(Receção e aprovação de cada etapa ou fase)**

1 – No prazo de 8 (oito) dias a contar da entrega dos elementos referentes a cada etapa e ou fase de execução do contrato, a entidade adjudicante procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como os requisitos exigidos por lei.

2 – No decurso da análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e esclarecimentos necessários.

3 – Na sequência da conclusão da análise a que se refere o n.º 1 da presente cláusula e caso se conclua que os elementos entregues não estão conformes com as exigências legais ou caso existam discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.

4 – O pagamento respeitará a seguinte metodologia, com as aprovações das respectivas fases:

Fase 1 – 30% (trinta por cento);

Fase 2 – 50% (cinquenta por cento);

Fase 3 – 20% (vinte por cento).

5 – Sem embargo do expendido, poderá ser acordado entre o contraente público e o cocontratante, o pagamento contra a entrega de cada projeto e a verificação da sua conformidade, ou outro que venha a ser definido.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **(Garantia técnica)**

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Câmara Municipal de Carregal do Sal em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **(Garantia de continuidade da prestação de serviços)**

O prestador deve assegurar a continuidade da prestação de serviços, imprescindíveis ao desenvolvimento das fases do projeto.

#### **Subsecção II**

##### **Serviços**

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **(Assistência técnica)**

O prestador fica obrigado a prestar serviços de assistência técnica, nos termos do disposto neste Caderno de Encargos.

#### **Subsecção III**

##### **Dever de sigilo**

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **(Objeto do dever de sigilo)**

1 – O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de





FI \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **(Prazo do dever de sigilo)**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Secção II**

### **Obrigações da Câmara Municipal de Carregal do Sal**

#### **Cláusula 17.ª**

##### **(Gestão do contrato)**

A entidade adjudicante designará um gestor do contrato que terá por incumbência, entre outras, assegurar as relações correntes entre a entidade adjudicante e o prestador de serviços, no âmbito da execução do contrato.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **(Preço contratual)**

1 – Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Carregal do Sal deve pagar ao prestador o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O valor referido na cláusula 2.ª do presente caderno de encargos, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, como sejam, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 – O preço a que se refere o n.º 1, será apresentado pelo prestador, através da emissão de fatura e respeitará o preceituado no n.ºs 4 e 5 da cláusula 11.ª deste caderno de encargos.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **(Condições de pagamento)**

1 – As quantias devidas pela Câmara Municipal nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas tendo em conta as disposições do artigo 299.º do C.C.P., no prazo nele estipulado ou noutro que venha a ser estabelecido no contrato.

2 – Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Carregal do Sal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária, cheque ou outro meio julgado adequado e conveniente.

**CAPÍTULO III**  
**Penalidades contratuais e resolução**  
**Cláusula 20.<sup>a</sup>**  
**(Penalidades contratuais)**

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Carregal do Sal, pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato, calculada diariamente:

Um por mil, nos primeiros quinze dias;

Dois por mil, a partir do décimo sexto dia

b) Se o incumprimento for devido à verificação de graves erros ou omissões, o quantitativo da indemnização não excederá o valor da fase ou fases em que aqueles se produziram;

c) Por qualquer outro incumprimento a indemnização não excederá o quantitativo correspondente a 15% (quinze por cento) dos honorários vincendos.

2 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

3 – Nas situações enquadráveis no número anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do CCP, deverá ser assegurado ao prestador de serviços o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo, relativamente à intenção de aplicação da sanção.

4 – A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente Cláusula.

5 – As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

**Cláusula 21.<sup>a</sup>**  
**(Força maior)**

1 – Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações



FI \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 22.ª**

##### **(Resolução por parte do contraente público)**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do Contrato previstos na lei, a Câmara Municipal de Carregal do Sal pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato superior a 15 (quinze) dias ou perante declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo;

b) Pela verificação de graves erros, negligência ou omissões, imputáveis ao prestador de serviços.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas.

#### **Cláusula 23.ª**

##### **(Resolução por parte do prestador de serviços)**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de

serviços pode resolver o Contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 3 (três) meses, ou o montante em dívida exceda 40% (quarenta por cento) do preço contratual, excluindo juros;

b) Pela verificação da impossibilidade de cumprimento de alguma das cláusulas contratuais por parte da entidade adjudicante do que possa resultar grave prejuízo ou dano para os seus direitos e legítimas expectativas;

c) Se se verificar a suspensão da eficácia do Contrato por período superior a 60 (sessenta) dias, por causa não imputável ao prestador de serviços;

d) Se por facto que lhe não seja imputável não se verificar a aprovação de qualquer fase contratada no prazo correspondente ao dobro do fixado para a verificação daquele ato;

2 – Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeito 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato (com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos).

#### **CAPÍTULO IV**

##### **Caução e Seguros**

###### **Cláusula 24.ª**

###### **(Execução da Caução)**

É dispensada a prestação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo da faculdade da entidade, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até dez por cento do valor dos pagamentos a efetuar, com fundamento no n.º 3 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

###### **Cláusula 25.ª**

###### **(Seguros)**

1 – É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos julgados adequados e convenientes, designadamente:

a) Responsabilidade civil, que cubra todos os danos e prejuízos causados durante a prestação de serviços;

b) Seguro de acidentes de trabalho de todo o pessoal afeto à prestação de serviços;

c) Outros que sejam necessários pela respetiva lei regulamentadora.

2 – A Câmara Municipal de Carregal do Sal pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador fornecê-la no prazo de dois dias.

#### **CAPÍTULO V**



## **Resolução de litígios**

### **Cláusula 26.ª**

#### **(Foro competente)**

1 – Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato, que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 dias, será decidido por recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

2 – É aplicável o disposto no Código de Processo dos Tribunais Administrativos e demais legislação em vigor.

## **CAPÍTULO VI**

### **Disposições finais**

### **Cláusula 27.ª**

#### **(Subcontratação e cessão da posição contratual)**

1 – A subcontratação pelo prestador e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da Câmara Municipal de Carregal do Sal, nos termos do artigo 316.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

2 – Para os efeitos previstos no número anterior, o prestador de serviços deverá apresentar requerimento fundamentado e juntar ao pedido toda a documentação do subcontratado/cessionário exigida no procedimento, bem como os documentos exigidos na adjudicação ao abrigo do disposto nos artigos 55.º e 81.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 28.ª**

#### **(Comunicações e notificações)**

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 29.ª**

#### **(Contagem dos prazos)**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 30.ª**

#### **(Regime contraordenacional)**

Sem prejuízo das sanções constantes do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no artigo 456.º, contraordenações graves, as previstas no artigo 457.º e contraordenações simples as previstas no artigo 458.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 31.ª**

**(Prevalência)**

1 – Fazem parte do contrato a celebrar, o presente caderno de encargos, o convite, a proposta do adjudicatário.

2 – Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o caderno de encargos e o convite e em último lugar a proposta do adjudicatário.

**Cláusula 32.ª**

**(Legislação aplicável)**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente as disposições contidas no Código dos Contratos Públicos.



FI \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**PARTE II**  
**Especificações técnicas**  
**Cláusula 33.ª**  
**(Mapa de quantidades)**

Código	Designação	Unidade	Qtd
<b>Aquisição de serviços na elaboração de projetos e prestações associadas no âmbito da Estratégia Local de Habitação do Município de Carregal do Sal</b>			
<b>Lote 1</b>			
	Fase 1 – Estudo Prévio	Un	1
	Fase 2 – Projeto de Execução	Un	1
	Fase 3 – Assistência Técnica, Fiscalização da Obra e Coordenação de Segurança em Obra	Un	1
<b>Lote 2</b>			
	Fase 1 – Estudo Prévio	Un	1
	Fase 2 – Projeto de Execução	Un	1
	Fase 3 – Assistência Técnica, Fiscalização da Obra e Coordenação de Segurança em Obra	Un	1

**Cláusula 34.ª**  
**(Legislação aplicável)**

1 – Ao presente procedimento (Parte II) são aplicáveis as disposições da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

2 – São ainda aplicáveis as disposições do Código dos Contratos Públicos, Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal, Plano de Urbanização de Carregal do Sal, Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações e Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Prestação de Serviços do Município de Carregal do Sal; Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto; Decreto-Lei n.º 95/2019 e Portarias associadas; Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro e portarias associadas; Lei n.º 31/2009, de 3 de julho; Lei n.º 40/2015, de 1 de junho; Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro; Diretiva n.º 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de junho; Portaria n.º 101/1996, de 3 de abril; Decreto n.º 46427/1965, de 10 de julho; Decreto n.º 41821/58, de 11 de agosto; e outra aplicável em vigor.

**Cláusula 35.ª**  
**(Estudo prévio)**

1 – O Estudo Prévio, sob a base do levantamento efetuado a expensas do adjudicatário,

desenvolve as soluções aprovadas no Programa base, sendo constituído por peças escritas e desenhadas e por outros elementos informativos, de modo a possibilitar ao dono da obra a fácil apreciação das soluções propostas pelo projetista e o seu confronto com os elementos constantes naquele.

2 – As peças a entregar são as seguintes:

- Memória descritiva e justificativa, incluindo capítulos respeitantes a cada um dos objetivos relevantes do estudo prévio;
- Elementos gráficos elucidativos sob a forma de plantas, alçados, cortes, perfis, esquemas, 3D's ou outros elementos, em escala apropriada;
- Os desenhos devem estar devidamente cotados e dimensionados, com indicação dos principais materiais do projeto e suas características;
- Definição geral dos processos de construção e da natureza dos materiais e equipamentos mais significativos;
- e) Análise prospetiva / pesquisa de soluções de desempenho térmico e energético e da qualidade do ar interior nos edifícios;
- f) Análise prospetiva / pesquisa de desempenho acústico relativa, nomeadamente, à propagação sonora, aérea e estrutural, entre espaços e para o exterior;
- g) Estimativa do custo da obra e do seu prazo de execução.

#### **Cláusula 36.<sup>a</sup>**

##### **(Projeto de execução)**

1 – O Projeto de execução é constituído por um conjunto coordenado das informações escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra, obedecendo ao disposto na legislação e regulamentação aplicável.

2 – As peças a entregar são as seguintes:

##### COORDENAÇÃO

- Termo de Responsabilidade do Coordenador do Projeto
- Documentos do técnico coordenador – Declaração Ordem Profissional
- Documentos do técnico coordenador – Apólice Seguro Responsabilidade Civil

##### ARQUITECTURA

- Termo de Responsabilidade autor Projeto Arquitetura
- Documentos do técnico autor – Declaração Ordem Profissional
- Documentos do técnico autor – Apólice Seguro Responsabilidade Civil
- Memória Descritiva do Projeto de Arquitetura
- Fotografias do existente
- Calendarização física
- Cronograma execução financeira
- Quadro Sinóptico
- Ficha INE





- Extrato das Plantas PDM (Ordenamento, condicionantes, zonamento, localização)
- Levantamento Topográfico
- Peças Desenhadas (em escala apropriada e em formato PDF e DWF):
  - Localização 1/5000;
  - Desenhos de vermelhos e amarelos - plantas, alçados e cortes (se aplicável);
  - Desenhos da proposta final - plantas, alçados e cortes (se aplicável);
  - Pormenor construtivo pela fachada (escala 1/20);
  - Divisionamento em propriedade horizontal (se aplicável);
  - Planta e detalhes de pavimentos;
  - Planta e detalhes de revestimentos;
  - Desenhos pormenorizados das instalações sanitárias;
  - Mapa de vãos exteriores;
  - Mapa de vãos interiores;
  - Desenhos de serralharia (se aplicável);
  - Desenhos de carpintaria (roupeiros, cozinha, móveis de casa de banho e lavandaria, mobiliário fixo);
  - Esquema climatização com localização dos pontos de AC / radiadores / ventiloconvectores / outro;

#### ACESSIBILIDADES

- Termo de Responsabilidade do Plano de Acessibilidades
- Documentos do técnico autor – Declaração Ordem Profissional
- Documentos do técnico autor – Apólice Seguro Responsabilidade Civil
- Memória Descritiva do Plano de Acessibilidades
- Plano de Acessibilidades - Peças Desenhadas (em escala apropriada e em formato PDF e DWF)

#### ESTABILIDADE

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projeto de Estabilidade
- Documentos técnico autor – Declaração Ordem Profissional
- Documentos técnico autor – Seguro Responsabilidade Civil
- Memória Descritiva e Cálculos do Projeto de Estabilidade
- Peças Desenhadas (em escala apropriada e em formato PDF e DWF)

#### ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projeto de Abastecimento de Água
- Documentos técnico autor – Declaração Ordem Profissional
- Documentos técnico autor – Seguro Responsabilidade Civil
- Memória Descritiva e Cálculos do Projeto de Abastecimento de Água
- Peças Desenhadas (em escala apropriada e em formato PDF e DWF)

#### ÁGUAS RESIDUAIS E ÁGUAS PLUVIAIS

- Termo de Responsabilidade Autor do Projeto de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais

- Documentos técnico autor – Declaração Ordem Profissional
- Documentos técnico autor – Seguro Responsabilidade Civil
- Memória Descritiva e Cálculos do Projeto de Drenagem de Águas Residuais e Águas Pluviais

- Peças Desenhadas (em escala apropriada e em formato PDF e DWF)

#### ACÚSTICA

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projeto de Acústica
- Documentos técnico autor – Declaração Ordem Profissional
- Documentos técnico autor – Seguro Responsabilidade Civil
- Memória Descritiva e Cálculos do Projeto de Acústica
- Peças Desenhadas (em escala apropriada e em formato PDF e DWF)

#### TÉRMICA

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projeto de Térmica
- Documentos técnico autor – Declaração Ordem Profissional
- Documentos técnico autor Projeto de Térmica – Seguro Responsabilidade Civil
- Memória Descritiva do Projeto de Térmica
- Peças Desenhadas (em escala apropriada e em formato PDF e DWF)
- Declaração Existente Adene (se aplicável)
- Pré-Certificado Energético

#### AVAC – AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E AR CONDICIONADO

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projeto de AVAC
- Documentos técnico autor – Declaração Ordem Profissional
- Documentos técnico autor – Seguro Responsabilidade Civil
- Memória Descritiva do Projeto de AVAC
- Peças Desenhadas (em escala apropriada e em formato PDF e DWF)

#### INFRAESTRUTURAS ELÉCTRICAS

- Termo de Responsabilidade do Autor da Ficha Eletrotécnica
- Documentos técnico autor – Declaração Ordem Profissional
- Documentos técnico autor – Seguro Responsabilidade Civil
- Ficha Eletrotécnica
- Esquemas de localização de iluminação, tomadas elétrica e ITED e interruptores

#### ITED – INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projeto de ITED
- Documentos técnico autor – Declaração Ordem Profissional
- Documentos técnico autor – Seguro Responsabilidade Civil
- Memória Descritiva do Projeto ITED, Fichas Técnicas e Cálculos



- Peças Desenhadas (em escala apropriada e em formato PDF e DWF)

#### REDE DE GÁS

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projeto de Gás
- Documentos técnico autor – Declaração Ordem Profissional
- Documentos técnico autor – Seguro Responsabilidade Civil
- Memória Descritiva do Projeto de Gás
- Peças Desenhadas (em escala apropriada e em formato PDF e DWF)
- Projeto de Gás completo certificado

#### SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS

- Termo de Responsabilidade do Autor da Ficha de SCIE
- Documentos técnico autor – Declaração Ordem Profissional
- Documentos técnico autor – Seguro Responsabilidade Civil
- Ficha SCIE

#### INSTALAÇÕES ELECTROMECCÂNICAS

- Termo de Responsabilidade do Autor do Projeto de Instalações Eletromecânicas
- Documentos técnico autor – Declaração Ordem Profissional
- Documentos técnico autor – Seguro Responsabilidade Civil
- Memória Descritiva do Projeto de Instalações Eletromecânicas
- Peças Desenhadas (em escala apropriada e em formato PDF e DWF)

#### OUTROS DOCUMENTOS

- Mapa de Quantidades
- Estimativa Orçamental
- Condições Técnicas, Gerais e Especiais do Caderno de Encargos
- Plano de Segurança e Saúde
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição

NOTA 1: A "Memória descritiva e justificativa, incluindo a disposição e descrição geral da obra, evidenciando quando aplicável a justificação da implantação da obra e da sua integração nos condicionamentos locais existentes ou planeados; descrição genérica da solução adoptada com vista à satisfação das disposições legais e regulamentares em vigor; indicação das características dos materiais, dos elementos da construção, dos sistemas, equipamentos e redes associadas às Instalações Técnicas". (Portaria 701-H)

NOTA 2: As Peças desenhadas "devem ser de acordo com o estabelecido para cada tipo de obra na regulamentação aplicável, devendo conter as indicações numéricas indispensáveis e a representação de todos os pormenores necessários à perfeita compreensão, implantação e execução da obra". (Portaria 701-H)

#### **Cláusula 37.<sup>a</sup>**

##### **(Obras isentas de controlo prévio)**

1 – São obras isentas de controlo prévio (artº 6º do RJUE):

- As obras de conservação;
- As obras de alteração no interior de edifícios ou suas frações que não impliquem modificações na estrutura de estabilidade, das cérceas, da forma das fachadas, da forma dos telhados ou coberturas ou que não impliquem a remoção de azulejos de fachada, independentemente da sua confrontação com a via pública ou logradouros;

- As obras de escassa relevância urbanística (artº 6º A do RJUE)

2 – São obras de escassa relevância urbanística (artº 6º A do RJUE e artº 23º do RMUE – Regulamento nº 392/2015):

- A instalação de painéis solares fotovoltaicos ou geradores eólicos associada a edificação principal, para produção de energias renováveis, incluindo de microprodução, que não excedam, no primeiro caso, a área de cobertura da edificação e a cércea desta em 1 m de altura, e, no segundo, a cércea da mesma em 4 m e que o equipamento gerador não tenha raio superior a 1,5 m, bem como de coletores solares térmicos para aquecimento de águas sanitárias que não excedam os limites previstos para os painéis solares fotovoltaicos;

- A substituição dos materiais de revestimento exterior ou de cobertura ou telhado por outros que, conferindo acabamento exterior idêntico ao original, promovam a eficiência energética;

- Substituição de madeiramento de coberturas inclinadas, por vigotas e ripas prefabricadas e telha, desde que tal substituição não altere a forma do telhado, nem coloque em causa a estrutura resistente do edifício;

- Substituição de madeiramento de coberturas inclinadas por estruturas e painéis metálicos, desde que a substituição não altere a forma do telhado, não coloque em causa a estrutura resistente do edifício e não colida com o edificado envolvente;

- Rampas de acesso para deficientes motores e eliminação de barreiras arquitetónicas, quando localizadas dentro do logradouro ou edifícios;

3 – Note-se que este tipo de obras não isenta a realização das operações urbanísticas nele previstas da observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de planos municipais, intermunicipais ou especiais de ordenamento do território, de servidões ou restrições de utilidade pública, as normas técnicas de construção, as de proteção do património cultural imóvel, e a obrigação de comunicação prévia nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que estabelece o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional.

4 – Os elementos a entregar são os seguintes:

- planta de localização
- memória descritiva e justificativa da intervenção
- desenhos simples de apoio (se necessário)
- descrição dos trabalhos em mapa de quantidades
- lista de preços unitários do custo da obra
- caderno de encargos.

**Cláusula 38.ª****(Assistência técnica)**

A assistência técnica (artigo 9.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho)

Na fase do procedimento de formação do contrato e até à adjudicação da obra:

a) Esclarecimento de dúvidas relativas ao projeto durante a preparação do processo do concurso para adjudicação da empreitada ou fornecimento;

b) Prestação de informações e esclarecimentos solicitado por candidatos a concorrentes, sob a forma escrita e exclusivamente por intermédio do Dono da Obra, sobre problemas relativos à interpretação das peças escritas e desenhadas do projeto;

c) Prestação do apoio ao Dono da Obra na apreciação e comparação das condições da qualidade das soluções técnicas das propostas de molde a permitir a sua correta ponderação por aquele, incluindo a apreciação de compatibilidade com o projeto de execução, constante do caderno de encargos, de variantes ou alterações que sejam apresentadas;

2 – Durante a execução da obra, a assistência técnica compreende:

a) Esclarecimento de dúvidas de interpretação de informações complementares relativas a ambiguidades ou omissões do projeto, bem como elaboração das peças de alteração do projeto necessárias à respetiva correção e à integral e correta caracterização dos trabalhos a executar no âmbito da referida correção;

b) Apreciação de documentos de ordem técnica apresentados pelo empreiteiro ou Dono da Obra, incluindo, quando apropriado, a sua compatibilidade com o projeto;

c) Proceder, concluída a execução da obra, à elaboração das Telas finais a ela respeitantes, verificando a conformidade das mesmas com o projeto de execução e das eventuais alterações nele introduzidas, de acordo com as informações fornecidas pelo Dono da Obra.

**Cláusula 39.ª****(Fiscalização de obra)**

1 – Nos termos do artº 16º Lei 31/2009 de 3 de julho com alteração pela Lei nº 40/2015 de 1 de junho:

*“Assegurar a verificação da execução da obra em conformidade com o projeto de execução e, quando aplicável, o cumprimento das condições da licença ou da comunicação prévia, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, e ainda o desempenho das competências previstas no Código dos Contratos Públicos, em sede de obra pública”.* (Lei 40/2015 de 1 de junho)

2 – O Diretor de Fiscalização de obra fica obrigado, com autonomia técnica, a:

a) assegurar a verificação da execução da obra em conformidade com o projeto de execução, e o cumprimento das condições da licença ou admissão, em sede de procedimento administrativo ou contratual público, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor;

b) acompanhar a realização da obra com a frequência adequada ao integral desempenho

das suas funções e à fiscalização do decurso dos trabalhos e da atuação do diretor de obra no exercício das suas funções, emitindo as diretrizes necessárias ao cumprimento do disposto na alínea anterior;

c) recorrer sempre a técnicos em número e qualificações suficientes de forma a que a fiscalização abranja o conjunto de projetos envolvidos;

d) requerer, sempre que tal seja necessário para assegurar a conformidade da obra que execute ao projeto de execução ou ao cumprimento das normas legais ou regulamentares em vigor, a assistência técnica ao coordenador de projeto com intervenção dos autores de projeto, ficando também obrigado a proceder ao registo desse facto e das respetivas circunstâncias no livro de obra, bem como das solicitações de assistência técnica que tenham sido efetuadas pelo diretor de obra;

e) comunicar, de imediato, ao dono da obra e ao coordenador de projeto qualquer deficiência técnica verificada no projeto ou a necessidade de alteração do mesmo para a sua correta execução;

f) participar ao dono da obra, bem como, quando a lei o preveja, ao coordenador em matéria de segurança e saúde, durante a execução da obra, situações que comprometam a segurança, a qualidade, o preço contratado e o cumprimento do prazo previsto em procedimento contratual público ou para a conclusão das operações urbanísticas, sempre que as detetar na execução da obra;

g) desempenhar as demais funções designadas pelo dono da obra de que tenha sido incumbido, conquanto as mesmas não se substituam às funções próprias do diretor de obra ou dos autores de projeto, não dependam de licença, habilitação ou autorização legalmente prevista e não sejam incompatíveis com o cumprimento de quaisquer deveres legais a que esteja sujeito;

h) comunicar, no prazo de cinco dias úteis, ao dono da obra e à entidade perante a qual tenha decorrido procedimento de licenciamento ou comunicação prévia a cessação de funções enquanto diretor de fiscalização de obra, para os efeitos e procedimentos previstos no RJUE e no Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos deveres que incumbam a outras entidades, nomeadamente no caso de impossibilidade;

i) assegurar que a efetiva condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades é efetuada por técnicos qualificados nos termos do artigo 14.º-A;

j) cumprir os deveres de que seja incumbido por lei, designadamente pelo RJUE e respetivas portarias regulamentares, bem como pelo Código dos Contratos Públicos e demais normas legais e regulamentares em vigor.

3 – Sem prejuízo de disposição legal em contrário, não pode exercer funções como diretor de fiscalização de obra qualquer pessoa que integre o quadro de pessoal da empresa responsável pela execução da obra ou de qualquer outra empresa que tenha intervenção na execução da obra, incluindo o seu diretor.

4 – Sem prejuízo do disposto em lei especial, em sede de obra pública, o desempenho das



FI \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

funções de diretor de fiscalização de obra, ou, quando exista, a chefia de equipa de fiscalização ficam sujeitos aos deveres previstos no Código dos Contratos Públicos e aos deveres elencados no artigo anterior que com ele sejam compatíveis.

#### **Cláusula 40.ª**

##### **(Coordenação de segurança em obra)**

Nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro:

Pessoa singular ou coletiva que executa, durante a realização da obra, as tarefas de coordenação em matéria de segurança e saúde previstas no Decreto-Lei 273/2003 de 29 de outubro).

- Analisar e validar tecnicamente o desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde em obra, propor a sua aprovação ao dono da obra e promover a sua atualização (quando aplicável);
- Colaborar na elaboração da Comunicação Prévia de Abertura de Estaleiro quando aplicável);
- Coordenar as atividades de todos os intervenientes num estaleiro;
- Garantir a constituição e a atualização de toda a Compilação técnica associada à segurança;
- Promover a implementação dos PSS, PGRCD, PQ e verificar o cumprimento dos mesmos;
- Participar ativamente nas reuniões de acompanhamento dos trabalhos;
- Realizar ações de inspeção;
- Apoiar na tomada de decisões no domínio da prevenção de riscos, através de propostas de ações preventivas e corretivas;
- Promover e realizar auditorias ao Sistema de Gestão da Segurança.
- Registrar as atividades de coordenação em matéria de segurança e saúde no livro de obra, nos termos do regime jurídico aplicável ou, na sua falta, de acordo com um sistema de registos apropriado que deve ser estabelecido para a obra;
- Informar regularmente o dono da obra sobre o resultado da avaliação da segurança e saúde existente no estaleiro;
- Informar o dono da obra sobre as responsabilidades deste no âmbito do presente diploma;
- Analisar as causas de acidentes graves que ocorram no estaleiro.

Paços do Município de Carregal do Sal, 07 de agosto de 2023.

O Presidente da Câmara

Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz.

